

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

METROPOLIZAÇÃO E CRIMES VIOLENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO
HORIZONTE E EM SEU COLAR

Luciana Teixeira de Andrade (Pós-graduação em C. Sociais da PUC Minas)
Alexandre Magno Alves Diniz (Pós-graduação em Trat. Inf EspacialPUCMG)

Metropolização e Crimes Violentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em Seu Colar

Resumo

O trabalho tem como objetivo analisar a distribuição espacial dos crimes violentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no seu Colar Metropolitano e suas relações com a dinâmica metropolitana. Trata-se de um universo de 48 municípios dos quais 34 encontram-se na RMBH e 14 em seu Colar. É fato já constatado por diversas pesquisas que atualmente a criminalidade urbana brasileira concentra-se prioritariamente nas regiões metropolitanas, no entanto há diferenças significativas em relação a essa incidência nas distintas regiões metropolitanas e entre os municípios de uma mesma região. Há ainda diferenças de grau de integração à dinâmica metropolitana dos diversos municípios que compõem as regiões metropolitanas oficialmente reconhecidas. Daí a necessidade de se tentar verificar, a partir do caso da RMBH e do seu Colar, a real incidência da criminalidade violenta e as suas relações com o grau de integração à dinâmica metropolitana. Para tanto tomou-se como referência o estudo “*Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias*” e as ocorrências criminais registradas pela PMMG entre 1995 e 2003.

1. Introdução

Dados recentes mostram uma concentração da criminalidade brasileira nas Regiões Metropolitanas (RM). No período entre 1998 e 2002, a taxa média de vítimas de homicídios por 100 mil habitantesⁱ no país foi de 28,6, já nas regiões metropolitanas ela alcançou a cifra de 46,7. Analisando-se o conjunto das 26 regiões metropolitanas brasileiras observa-se, ainda, uma concentração em algumas delas. As duas maiores RMs, São Paulo e Rio de Janeiro, foram responsáveis por 60% de todos os homicídios metropolitanos desse período.

Mas, se a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta índices de criminalidade relativamente baixos quando comparada às duas maiores RMs brasileiras, o mesmo não se pode dizer em relação ao ritmo de crescimento da sua criminalidade. Segundo registros de ocorrência da PMMG, a criminalidade violenta na RMBH cresceu 441,18% entre 1995 e 2003. Esse incremento tem causado uma série de desdobramentos, com impactos negativos no valor dos aluguéis do município Pólo, Belo Horizonte (Rondon e Andrade, 2003), na expectativa de vida de seus habitantes (Santiago Jr, 2004), custos diretosⁱⁱ da ordem de 21 bilhões de Reais (SENASP, 2006), além de perdas substantivas na qualidade de vida da população, que culminaram em mudanças de comportamento e na adoção de uma série de condutas defensivas em relação à cidade (Diniz, 2001).

Uma análise interna a cada uma das RMs revela a concentração dos crimes em alguns municípios, e para os municípios que dispõem de dados espacializados, observa-se ainda uma concentração da criminalidade em áreas específicas desses municípios. Ou seja, a criminalidade não é um fenômeno que se dá ao acaso: ao contrário, segue uma certa lógica que pode ser apreendida pela sua distribuição no espaço. Essa, porém, não é uma constatação nova, os primeiros estudos que analisaram a distribuição espacial dos crimes revelaram a sua

concentração em algumas áreas mais do que em outras, processo denominado pelos primeiros estudos de Chicago como a “concentração ecológica do crime”.

Neste artigo pretendemos analisar a distribuição espacial dos crimes na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e no seu Colar Metropolitano e explorar a sua relação com a dinâmica metropolitana. Trata-se de um universo de 48 municípios, dos quais 34 encontram-se na RMBH e 14 em seu Colar, marcados por profundas assimetrias socioeconômicas, funcionais e na qualidade de vida dos seus habitantes (Figura 1).

O que os une e justifica inicialmente a análise conjunta é a sua presumível relação com a dinâmica metropolitana. No entanto, essa relação não se verifica com a mesma intensidade para todos os municípios, sejam eles da região metropolitana ou do colar. Alguns têm relações tão frágeis com o Pólo e também com outros municípios do entorno que a classificação como metropolitanos levanta mais dúvidas do que respostas às análises que pretendam desvendar o fenômeno metropolitano, como a questão aqui colocada da relação entre criminalidade e metropolização.

O artigo inicia com uma breve apreciação sobre os fatores correlatos à criminalidade urbana, seguidos de uma descrição da metodologia aplicada, e, mais adiante, de uma análise da distribuição espacial da criminalidade e sua relação com o nível de integração metropolitana.

2. Determinantes da criminalidade urbana

Apesar da ubiquidade do fenômeno, as causas específicas e os fatores subjacentes à criminalidade urbana continuam incertos (Dellasoppa et al, 1999). São numerosas as hipóteses e as construções teóricas que versam sobre a incidência de criminalidade urbana, abrangendo aspectos que se manifestam nas mais diversas escalas de análise e níveis de agregação. Segundo o levantamento realizado por Lima (2000), alguns temas são recorrentes no tratamento sociológico das causas da violência. Primeiramente, destaque-se o desenvolvimento de sub-culturas violentas, nas quais homicídios e agressões físicas não constituem comportamentos irracionais, mas atos racionais esperados no meio social em que vítimas e agressores estão inseridos.

No plano macro-estrutural destacam-se as abordagens que associam a criminalidade urbana às frustrações e agressões oriundas da exclusão social e da pobreza. No entanto, como pontuam Paixão (1990) e Benevides e Fischer (1983), a associação entre criminalidade urbana e desigualdade social está em xeque, constituindo-se, em muitos casos, em inescrupulosa

simplificação, uma vez que grande parte da população pauperizada não envereda pelo mundo da delinqüência.

Por outro lado, Beato (1998) revela que muitas pesquisas realizadas nos Estados Unidos confirmam a existência de uma estreita relação, embora não causal, entre criminalidade urbana e condições socioeconômicas. Segundo o autor, os índices de desigualdade econômica são preponderantes entre os fatores associados à criminalidade urbana, ressaltando a lógica de que em áreas onde a desigualdade social se faz mais presente, as taxas de criminalidade urbana tendem a ser mais elevadas. A partir da experiência Norte Americana, o autor também constata relações positivas entre a criminalidade violenta e índices de desemprego.

No entanto, é necessário cautela, pois nenhum fator isolado tem o potencial de explicar o complexo e intrincado fenômeno da criminalidade urbana: indicadores de concentração de renda e pobreza, indubitavelmente, influem no processo de precarização das condições de vida e trabalho e, por conseqüência, alteram o padrão de relações sociais, mas estes não podem ser apontados como causas exclusivas da criminalidade (Beato, 1998).

Voltando-se para a realidade brasileira, Dellasoppa et al (1999:159) também incluem entre os fatores subjacentes à criminalidade urbana “(...) a pobreza, as oportunidades educacionais e econômicas inadequadas ou inexistentes, a instabilidade social e familiar e a freqüente exposição individual à violência como uma forma aceitável de resolver desavenças”. Entretanto, estes autores imputam o incremento da criminalidade urbana também à sensação de impunidade prevalente entre os cidadãos das grandes cidades, juntamente a aspectos como “... a fragilidade do sistema de justiça criminal, a corrupção nos órgãos estatais, o uso de força letal pela polícia, a emergência de cidades defensivas e de cidadãos defensivos, o vigilantismo, as chacinas e linchamentos, a onda jovem como mobilizadora da dinâmica demográfica e o papel da mídia como integradora de âmbitos de significado” (Dellasoppa et al 1999:166).

Por outro lado, Kahn (2000) apresenta um rol mais amplo de determinantes da criminalidade, incluindo aspectos relacionados à exclusão social e pobreza, sem perder de vista aspectos demográficos e aqueles atrelados ao âmbito pessoal. Segundo Kahn (2000), os melhores preditores de crimes num determinado local são variáveis como: taxa de desemprego e subemprego, taxa de urbanização, renda e desigualdade de renda, níveis educacionais da população, composição familiar, composição etária da população, taxa de aumento populacional, bem como existência de substâncias crimogênicas como armas de fogo, álcool e drogas.

Outra tentativa de estabelecimento de relações causais da criminalidade enfatiza não apenas a dimensão temporal, mas também a espacial. Essas abordagens são conhecidas como análises ecológicas do crime, cuja origem remonta à Escola de Chicago. O estudo clássico nessa área foi o de Shaw, C. & H. McKay. (1942), *Juvenil Delinquency and Urban Areas*.ⁱⁱⁱ A idéia central é que o contexto espacial e social exercem influência direta na ocorrência de comportamentos criminosos. Esse tipo de abordagem teve como principal referência a noção, posteriormente muito criticada, de “desorganização social”. A desorganização social decorreria da perda do controle pelas instituições sociais em função do rápido processo de industrialização, urbanização e imigração e o crime seria uma consequência desses padrões sociais mais permissivos. Duas conclusões do trabalho de Shaw e McKay merecem destaque: primeiro, o deslocamento da explicação da criminalidade das características individuais para as variáveis contextuais e espaciais e, segundo, a relação positiva entre a ocorrência de crimes e a ordem espacial.

Mais recentemente, a geógrafa Felix (2002) contribui com o debate sobre os determinantes da violência urbana, oferecendo também uma abordagem eminentemente espacial. A autora aponta uma tipologia criminal/espacial, marcada pela preponderância de crimes contra a pessoa nas partes menos favorecidas das cidades, enquanto os crimes contra o patrimônio abundam nas áreas mais abastadas. Felix (2002) oferece algumas explicações para a manifestação diferencial do crime urbano. Em primeiro lugar, a ausência de controle social (formal ou informal), inerente aos grandes centros urbanos, favorece a prática criminal. O roubo praticado em conjuntos urbanos com pouca circulação de pessoas e com ruas estreitas e mal iluminadas ilustra esta relação.

A autora sugere ainda, na mesma linha dos primeiros estudos da Escola de Chicago, como os de Park e Wirth, que a densidade estrutural dos centros urbanos tem o efeito de dar à vida um caráter anônimo, desestruturando mecanismos de controle social informal. Da mesma forma, o adensamento de pessoas nos centros urbanos pode produzir uma maior explicitação e conscientização da desigualdade social, o que, por consequência, tem o potencial de incitar a prática criminal, que representaria uma resposta para a dissociação entre aspirações materiais e possibilidades reais de realização de boa parte da população. O adensamento populacional permite também a difusão de informações sobre meios legítimos e ilegítimos de aquisição de bens, facilitando a prática criminal.

Um outro fator lembrado pela geógrafa é a mobilidade espacial da população, que atomizaria as estruturas e enfraqueceria a coesão social, uma vez que áreas marcadas por intensa imigração seriam *locus* de confrontos de valores culturais. Segundo Felix (2002), o

saldo migratório está positivamente relacionado ao crime contra a propriedade, enquanto produto de expectativas frustradas e de privações socioeconômicas, uma vez que os migrantes, em sua maioria, têm baixo poder aquisitivo e instrução precária, além de viverem em condições de habitação sofríveis.

Como se vê, a análise dos fatores causais e correlatos à criminalidade urbana é campo aberto para investigações. Sendo um processo que afeta direta ou indiretamente toda a sociedade, acadêmicos das mais diversas linhas de pesquisa debruçam-se sobre o tema, oferecendo uma vasta gama de interpretações. Finalmente, as dificuldades associadas à geração e tratamento de dados estatísticos associados ao tema, bem como as peculiaridades inerentes às diversas unidades de análise, adicionam ainda mais complexidade à interpretação do fenômeno.

2.1 Estudos espaciais empíricos da criminalidade urbana

No âmbito estadual, um trabalho exaustivo da Fundação João Pinheiro (1998) analisa a criminalidade urbana em Minas Gerais, no período 1986-1997, revelando aumentos expressivos nas taxas de criminalidade. No entanto, o incremento nas taxas de criminalidade violenta está distribuído heterogeneamente, concentrando-se, principalmente, nas cidades com população superior a 100.000 habitantes. Em outro estudo, Beato (1998) explora a relação entre criminalidade urbana e medidas de concentração de renda e de pobreza para o estado de Minas Gerais. Os resultados demonstram a inexistência de associações espaciais entre estas medidas de natureza econômica e a criminalidade urbana. O autor especula sobre as possíveis causas desse inesperado resultado, pontuando que o padrão encontrado pode ser explicado pela ausência de variáveis intervenientes, como, por exemplo, a questão racial.

Nos estudos de natureza metropolitana, destaca-se o trabalho de Saporì e Batitucci (1999). Os autores demonstram que a taxa de homicídios na RMBH apresentou crescimento consistente no período de 1980 a 1995, existindo discrepâncias internas na RMBH, uma vez que Belo Horizonte apresentava taxas de homicídios acima daquelas encontradas no seu entorno. Na mesma linha, Lima (2000) analisa os homicídios no estado de São Paulo e constata a ocorrência de um processo de intensificação na letalidade de conflitos presentes nas relações sociais. Relativamente à distribuição espacial, constata-se o mesmo perfil da RMBH: “do total de homicídios dolosos cometidos no Estado (de SP), 41% foram praticados na Capital e 29% nos demais municípios da RMSP. Em contrapartida, segundo dados oficiais, 67,7% das lesões corporais dolosas ocorreram no Interior. Em outras palavras, na Capital e na Região Metropolitana, conflitos diversos resultam em morte e, no Interior, em agressões

físicas” (Lima, 2000:26). Outro estudo metropolitano importante sobre a criminalidade violenta foi desenvolvido por Dellasoppa et al em 1999, estabelecendo comparações entre as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dentre outros resultados, destaca-se o fato de que a perda em longevidade decorrente das mortes violentas se intensificou entre 1980 e 1991 nas áreas analisadas, com destaque para a RMRJ.

Análises espaciais de natureza intra-urbana são mais escassas, com destaque para o Mapa de Risco e Violência da cidade do Rio de Janeiro^{iv}, que revelou que os menores níveis de violência letal acontecem na zona sul, enquanto o maior risco de morte está associado às zonas norte e oeste (Pinheiro, 1999). Outro trabalho digno de destaque é o Mapa da Exclusão/Inclusão Social do município de São Paulo^v que, corroborando os resultados observados no Rio de Janeiro, demonstra que o índice de homicídios aumenta juntamente com a distância do núcleo da cidade, sendo os distritos localizados na periferia mais propensos à ocorrência de homicídios do que aqueles localizados na faixa central (Sposati, 2000). Ainda no plano intra-urbano, Kahn (2000) aborda a relação entre nível socioeconômico e taxas de homicídio nos bairros da cidade de São Paulo. Este estudo revela uma grande concentração espacial de homicídios na periferia da cidade, sendo este um fenômeno típico de cidades marcadas por um elevado grau de desigualdade, onde pobres e ricos vivem segregados. Este estudo ainda indica, a partir de resultados de análise de regressão, que a variável “nível socioeconômico” dos bairros explica nada menos do que 45% das variações espaciais das taxas de homicídio na capital paulista, demonstrando de maneira incontestável a sua vinculação com a criminalidade.

A partir de uma análise longitudinal da criminalidade em Marília SP, Felix (1996) revela uma clara ligação com o tempo de existência dos bairros. De acordo com a autora, parece haver uma espécie de seletividade temporal, uma vez que a medida em que o tempo de ocupação aumenta e o espaço se transforma com as reformas nas residências, há um maior envolvimento dos moradores nos problemas da comunidade e uma exacerbação do sentimento de territorialidade. Conseqüentemente, a interação social aumenta, fazendo cair os distúrbios sociais, como a criminalidade urbana, bem como o próprio sentimento de insegurança (Felix, 2003). Também debruçado sobre a realidade de Marília, Teixeira (2003) estuda a relação entre qualidade de vida e criminalidade. Fazendo uso de indicadores de qualidade de vida, como acesso à infra-estrutura básica e renda, o autor encontra uma relação positiva entre os crimes contra o patrimônio e qualidade de vida. Por outro lado, o estudo também indica a relação inversa entre os indicadores de qualidade de vida e os crimes contra a pessoa. A partir do contexto belo-horizontino, Diniz et al (2003) encontram resultados similares. As taxas de

crime contra a pessoa apresentam-se positivamente correlacionadas à exclusão social, mensurada a partir do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da PBH, entre as 81 unidades de planejamento da cidade. Já os crimes contra o patrimônio encontram-se negativamente relacionados ao IVS.

Outro estudo que merece destaque no plano intra-urbano contrasta o sentimento de insegurança em relação à vizinhança e à cidade e a real incidência de crimes em Belo Horizonte (Diniz, 2003A e 2003B). Diniz (2003A) demonstra não haver relação alguma entre o medo e as taxas de criminalidade nas diversas Unidades de Planejamento da capital. O autor especula que a exposição ao tratamento sensacionalista da mídia cria um sentimento de insegurança generalizado e infundado.

Como se vê, os estudos empírico-espaciais aqui sumariados apontam o incremento da criminalidade urbana nos mais distintos contextos e nas mais diversas escalas geográficas. No entanto, este crescimento não se deu de maneira homogênea, mas de modo concentrado, apresentando uma certa regularidade na sua distribuição. Regra geral, a literatura brasileira sugere que a distribuição espacial da criminalidade contra a pessoa prioriza as regiões periféricas das cidades, ao passo que as regiões centrais constituem-se locais privilegiados da criminalidade contra o patrimônio.

3. Metodologia

Para subsidiar a discussão sobre as relações entre metropolização e criminalidade utilizaremos o estudo *“Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”* (2004).

O objetivo desse trabalho foi verificar o caráter metropolitano dos municípios que atualmente compõem as regiões metropolitanas brasileiras institucionalizadas, o que se justifica, uma vez que inexistente uma legislação nacional com parâmetros que identifiquem quais os municípios são realmente metropolitanos e, por isso mesmo, deveriam compor as RMs. O que se observa em grande parte das atuais RMs brasileiras é a inclusão de municípios com elos fracos de integração à dinâmica metropolitana e, em casos mais raros, a exclusão de outros. Tal estudo produziu uma tipologia hierárquica do grau de integração dos municípios oficialmente metropolitanos (Regiões Metropolitanas e Colares). Os indicadores utilizados foram: taxa média geométrica de crescimento populacional 1991-2000, densidade demográfica, contingente e proporção de pessoas que realizam movimento pendular, proporção de emprego não agrícola e presença de funções específicas e indispensáveis à

circulação de pessoas e mercadorias, como localização de portos e aeroportos, e a capacidade de geração de renda pela economia local, expressa por sua participação no PIB da região. Como resultado, chegou-se a cinco categorias de integração: Muito Alta, Alta, Média, Baixa e Muito Baixa. Os municípios com grau de integração Baixo ou Muito Baixo foram considerados como não metropolitanos.

Dos 34 municípios da RMBH, excluído o Pólo, 6 apresentam grau de integração Muito Alto, 6 Alto, 10 Médio, 5 Baixo e 6 Muito Baixo. Em relação ao colar, apenas um município tem grau de integração Médio – Sete Lagoas – os outros 13 restantes, Baixo (7) ou Muito Baixo (6), como se pode ver pelo quadro abaixo.

Quadro 1
Integração à dinâmica metropolitana

Grau de Integração	RMBH		COLAR METROPOLITANO	
	Nº de municípios	Municípios	Nº de municípios	Municípios
Pólo	1	Belo Horizonte	0	
Muito Alto	6	Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Vespasiano, Santa Luzia.	0	
Alto	6	Confins, Sarzedo, São José da Lapa, Esmeraldas, Mário Campos, Sabará.		
Médio	10	Caeté, Capim Branco, Igarapé, Juatuba, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Lagoa Santa, São Joaquim de Bicas.	1	Sete Lagoas
Baixo	5	Rio Acima, Mateus Leme, Itatiaiuçu, Itaguara, Brumadinho.	7	Santa Bárbara, Prudente de Moraes, Pará de Minas, Moeda, Barão de Cocais, Itaúna, Itabirito.
Muito Baixo	6	Baldim, Florestal, Jaboticatubas, Nova União, Rio Manso, Taquaraçu de Minas.	6	Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, São José da Varginha.
Total	34		14	

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2004.

Os dados de criminalidade foram fornecidos pelo Armazém de Dados da PM3 e representam o total de ocorrências registradas pela PMMG entre 1995 e 2003, para o conjunto de municípios da RMBH e seu colar metropolitano.

Trabalhou-se com os crimes considerados violentos pela PMMG^{vi}, definidos de acordo com o seguinte critério:

- contra o patrimônio: roubo, roubo à mão armada e roubo de veículo à mão armada;
- contra a pessoa: homicídio tentado e consumado.

Inicialmente, foram produzidas taxas brutas de criminalidade, com base nas populações estimadas para cada ano do período em tela. Porém, com o fito de evitar as flutuações aleatórias inerentes à construção de taxas de criminalidade brutas para áreas com populações reduzidas, as taxas brutas foram corrigidas através do uso de técnicas de estimação bayesiana^{vii}.

Uma vez geradas as taxas corrigidas para todas as modalidades de crimes violentos, estatísticas descritivas (tendência central e dispersão) foram empregadas com o objetivo de explorar a composição, natureza e distribuição das taxas de criminalidade violenta entre os municípios da RMBH e Colar Metropolitano. Posteriormente, análises de variância foram aplicadas nos diversos grupos de municípios, com o fito de explorar a consistência estatística das diferenças encontradas na análise anterior. Num terceiro momento, mapas coropléticos foram produzidos para todas as taxas de criminalidade violenta, buscando identificar padrões intra-regionais de concentração de ocorrências criminal e de crescimento.

4. Distribuição Espacial da Criminalidade Violenta na Região Metropolitana de Belo Horizonte

4.1 Crimes violentos contra o patrimônio

Seguindo uma tendência mundial, a criminalidade violenta contra o patrimônio não se distribui de maneira uniforme na RMBH. A Figura 2, que mostra a distribuição espacial da taxa total de crimes contra o patrimônio, revela um forte padrão de concentração espacial na área *core* da RM, com destaque para o município Pólo, Belo Horizonte, seguido de seus municípios limieiros: Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Santa Luzia e Ibirité.

Essa mesma Figura também traz à tona um aspecto peculiar da distribuição espacial da criminalidade contra o patrimônio. Apesar da forte concentração da criminalidade no entorno imediato de Belo Horizonte, a mesma parece avançar ao longo de dois importantes eixos viários a partir da capital: no sentido Sudoeste, ao longo da rodovia Fernão Dias e sua área de influência direta, onde se destacam Contagem, Betim, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Mateus Leme; por outro lado, no sentido Norte, ao longo da MG-010 e sua área de influência, destacam-se Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Confins.

4.2 Crimes violentos contra a pessoa

Os crimes violentos contra a pessoa apresentam um padrão espacial mais difuso, ainda que sua maior incidência continue a beneficiar a porção central da RMBH, com destaque para Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Betim, Contagem, Vespasiano, Belo Horizonte e Ibirité

(Figura 3). No entanto, vale ressaltar dois aspectos desta *sui generis* distribuição espacial. Primeiramente, cabe pontuar que, ao contrário dos crimes contra o patrimônio, o município de Belo Horizonte não exerce primazia na incidência de crimes violentos contra a pessoa. Pelo contrário, Belo Horizonte figura na sexta posição no rol dos municípios em análise.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que vários municípios postados nas periferias da RMBH e em seu colar apresentam taxas relativamente altas. Neste sentido, percebe-se a existência de três grandes blocos de municípios: o primeiro postado no quadrante setentrional da área de estudo, constituído por Inhaúma, Sete Lagoas, Funilândia, Prudente de Morais, Matozinhos, Baldim, Jaboticatucas, Taquaraçu de Minas, Nova União, Capim Branco e Confins, sendo que neste grupo os dois últimos municípios se destacam, apresentando taxas mais elevadas; o segundo bloco, localizado ao largo da Serra do Curral, distribuídos no sentido Sudoeste-Noroeste, do qual fazem parte Nova Lima, Rio Acima, Moeda, Itabirito e Santa Bárbara; e uma terceira aglomeração postada a Oeste de Belo Horizonte, onde se destacam Juatuba, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Mateus Leme.

Apesar da diferença em relação à magnitude das taxas de homicídios tentados e consumados, não se detectou, no plano espacial, grandes divergências em relação à incidência dessas modalidades. No entanto, deve-se ressaltar que, à exceção de Nova Lima e Brumadinho, as maiores taxas de crimes contra a pessoa encontram-se nos municípios contíguos a Belo Horizonte, portanto, sob sua influência direta.

5. Criminalidade urbana e integração metropolitana

5.1 Crimes violentos contra o patrimônio

A análise das Figuras 4, 6, 8 e 10 revela a presença de uma estreita relação entre o nível de integração metropolitana e a incidência de criminalidade violenta contra o patrimônio. Note-se que, em linhas gerais, os municípios Pólo e aqueles com Alto nível de Integração são os mais violentos. As referidas Figuras também ilustram a presença de um gradiente negativo na intensidade criminal à medida que se diminui os níveis de integração metropolitana. Tais assertivas valem para o total de crimes contra o patrimônio, bem como para a modalidade de roubo à mão armada. As taxas de roubo e roubo de veículos à mão armada apresentam um ligeiro desvio do padrão geral, uma vez que se apresentam um pouco mais elevadas entre os municípios com nível de integração Média, quando comparadas aos municípios com Alta Integração (Figuras 6 e 9).

Outro aspecto relevante para a presente análise foram as expressivas taxas de crescimento experimentadas pela criminalidade violenta contra o patrimônio na RMBH. Note-

se que, entre 1995 e 2003, o total de crimes contra o patrimônio cresceu nada menos do que 1.097% na RMBH e seu colar metropolitano. No entanto, este crescimento não se deu de maneira homogênea, privilegiando os municípios postados nos níveis intermediários de integração (Média e Alta) (Figuras 5, 7, 9 e 11). Tais padrões se aplicam ao total de crimes violentos contra o patrimônio e suas modalidades, exceto ao roubo de veículos à mão armada, cujo crescimento no período 1995-2003 se deu de maneira desproporcional no Pólo e nos municípios com Alta Integração.

5.2 Crimes violentos contra a pessoa

A exemplo dos crimes contra o patrimônio, os crimes violentos contra a pessoa concentram-se no município Pólo e naqueles com níveis de integração Muito Alta (Figuras 12, 14 e 16). A diferença é que as taxas dos últimos são superiores às do Pólo, ou seja, inverte-se a ordem quando comparados aos crimes contra o patrimônio. Essas observações valem tanto para o total de crimes contra a pessoa, quanto para as modalidades de homicídio tentado e consumado.

A evolução da criminalidade contra a pessoa entre 1995 e 2003 reproduz o padrão detectado nos crimes contra o patrimônio (Figuras 13, 15 e 17). Aqui também o grupo de municípios cujas taxas de criminalidade mais crescem é composto por aqueles com níveis de integração Alta e Média. Num segundo patamar de crescimento aparecem aqueles com níveis de integração Muito Alta, além do município Pólo. Por fim, os municípios com níveis de integração Baixa e Muito Baixa apresentam taxas de crescimento diminutas. No entanto, cabe pontuar que enquanto os homicídios tentados reproduzem os padrões detectados para o conjunto de crimes violentos contra a pessoa, os homicídios consumados apresentam um comportamento distinto no que diz respeito à evolução destas modalidades. Neste caso, as maiores taxas de crescimento no período 1995-2003 encontram-se nos municípios com níveis de integração Muito Alta e no município Pólo.

6. Análise

Como dissemos anteriormente, não há uma medida precisa que indique alta criminalidade ou criminalidade suportável, considerando, como Durkheim, que o crime é um fenômeno normal em toda as sociedades, ou seja, que não há sociedade sem crimes. A situação atual do Brasil já ensejou a metáfora da guerra civil e, mais recentemente, alguns analistas chegam a comparar o número de homicídios no Brasil com o de países que vivem em

situação de guerra. O sentimento de insegurança da população é corroborado pelas estatísticas que apontam um crescimento do crime em todo o país e, em especial, nas regiões metropolitanas. Os homicídios no Brasil crescem sistematicamente desde a década de 80: “O Brasil passou de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, em 1980, para 28,5 pelos mesmos 100 mil, em 2002. Países da Europa Ocidental têm taxas inferiores a 3 mortes intencionais por 100 mil habitantes e os Estados Unidos encontram-se na faixa de 5 a 6 mortes intencionais por 100 mil habitantes.” (RAMOS, 2005, pp. 1-2).

Nos últimos anos, algumas capitais registraram uma ligeira queda nos homicídios^{viii}. No entanto, como esses processos são ainda muito recentes e a queda se verifica a partir de um patamar considerado como muito alto, é prematuro advogar uma mudança no padrão da criminalidade metropolitana, até porque também não são claras as suas causas, principalmente se levarmos em conta a fragilidade das políticas públicas no combate à criminalidade, seja no âmbito nacional, estadual e municipal. No âmbito metropolitano as iniciativas são ainda mais incipientes.

Essas quedas nas capitais podem também indicar a migração da criminalidade para os municípios vizinhos. As taxas de crescimento dos crimes violentos nos 34 municípios da RMBH identificam 21 municípios (61,76%) com taxas superiores às de Belo Horizonte.

Nos 48 municípios aqui analisados, o crime violento apresentou taxas de crescimento positivas em 45. Os crimes violentos contra o patrimônio em 46 e os crimes violentos contra a pessoa em 30. E, entre estes últimos, o homicídio cresce em 39. No entanto, a incidência desses crimes, assim como as suas taxas de crescimento, variam muito.

Detectou-se ainda na RMBH e seu colar um padrão de distribuição espacial heterogêneo, que privilegia certas porções do espaço. No caso da criminalidade violenta contra o patrimônio, nota-se uma forte concentração em Belo Horizonte e municípios adjacentes, sobretudo aqueles postados nas áreas de influência da BR 381 e da MG010. Os crimes contra a pessoa, além de se manifestarem de maneira desproporcional nessas mesmas áreas, também se apresentam de maneira expressiva nos limites da RM, incorporando, inclusive, municípios do colar metropolitano.

Entender essa dinâmica não é uma tarefa simples. Se por um lado há uma nítida concentração dos crimes em alguns municípios, em geral naqueles mais urbanizados e próximos à capital, por outro lado, há municípios pequenos que apresentam taxas de crescimento de alguns crimes extremamente altas. Afinal, quais fatores estariam por traz da conformação desses padrões têmporo-espaciais?

Como também já se discutiu no início deste trabalho, as causas da criminalidade não são de fácil identificação. Variáveis como renda, tráfico de drogas, desemprego, educação e desigualdades sociais são as mais mencionadas, mas, em geral, as evidências empíricas são frágeis (Beato e Reis, 1999) e não há estudos conclusivos principalmente quando se compara diferentes estados brasileiros (Cano e Santos, 2001).

O que esses autores concluem e que as análises apresentadas neste trabalho corroboram é que os municípios mais urbanos, entendidos aqui como muito vinculados à dinâmica metropolitana, são mais vulneráveis à criminalidade, sobretudo aos crimes contra o patrimônio. Isso conduz a uma interpretação da urbanidade metropolitana como um contexto favorável à criminalidade, reforçando as teorias ecológicas do crime que relacionam os processos de urbanização à criminalidade e em especial aos crimes contra o patrimônio.

Como vimos ao longo deste trabalho, a literatura e as estatísticas mostram uma concentração da criminalidade nas regiões metropolitanas. Já o estudo *Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias* mostra, para o caso de Belo Horizonte, que do conjunto dos 34 municípios da RMBH e dos 14 do Colar, apenas 24 podem ser considerados como efetivamente metropolitanos, ou seja, aqueles que apresentaram grau de integração Muito Alto, Alto e Médio. Os dados de criminalidade, objetos de análise espacial neste trabalho, mostram uma concentração dos crimes violentos contra o patrimônio e contra a pessoa nos municípios Pólo, com Muito Alta e Alta integração, ou seja, revelam uma alta concentração nos municípios efetivamente metropolitanos. Isso sugere que além da urbanização, o fenômeno propriamente metropolitano, identificado pela intensa relação entre os municípios, é outro fator explicativo que deve ser considerado. Neste sentido, o rápido crescimento urbano, os intensos movimentos migratórios e o fluxo constante de indivíduos entre os municípios metropolitanos aparecem como fatores relacionados à maior incidência de crimes violentos na RMBH.

Além dessa concentração há ainda outra, de natureza intra-urbana, que não foi objeto deste trabalho, mas que já foi verificada em outros estudos. Certas áreas metropolitanas concentram de maneira bastante evidente alguns tipos de crimes: as mais abastadas os crimes contra o patrimônio e as mais pobres os crimes contra a pessoa, em especial os homicídios.

No caso das primeiras, as taxas de crime contra a pessoa são relativamente baixas, uma vez que se observa o emprego da segurança privada financiada pela própria população, como forma de tentar evitar ocorrências dessa natureza. Além do mais, em virtude dos níveis de educação geralmente mais elevados, os conflitos interpessoais tendem a ser resolvidos de forma pacífica nas áreas mais afluentes, fator que mitiga a incidência de homicídios e

tentativas de homicídio. Por outro lado, como essas áreas apresentam maiores níveis de riqueza material, fato que se traduz em um maior número de alvos potenciais, a criminalidade contra o patrimônio se faz mais presente.

Já nas áreas mais pobres, a segurança patrimonial e pessoal dependem essencialmente do poder público, fato que expõe a população à ordem imposta pelos próprios criminosos. Some-se a isso a forte presença em áreas periféricas de sub-culturas pautadas pela violência, nas quais homicídios e agressões físicas não representam comportamentos irracionais, mas atos racionais esperados e aceitos. Tais relações encontram-se consubstanciadas no seio das gangues de narcotraficantes e outros delinquentes.

Nesses casos fica evidente a relação do crime com o processo de segregação socioespacial das metrópoles brasileiras, ainda que não se trate de uma relação simples, tal qual a de um espelho. Depreende-se daí a necessidade de aprofundar a investigação sobre suas complexas relações. Pois, se como alguns estudos mostram, autores e vítimas de homicídios pertencem a um mesmo grupo social, é necessário compreender a extensão do que Luiz Machado Silva chamou de “sociabilidade violenta”.

Outra hipótese exploratória seria a existência de fluxos outros, além dos circunscritos à integração metropolitana e explorados neste trabalho, que poderiam explicar a difusão e organização do crime. Acontecimentos recentes, como os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) na cidade de São Paulo, revelam a capacidade de comunicação entre presos e criminosos fora das prisões com repercussões até mesmo em outras regiões metropolitanas. Trata-se de um tipo de ação criminosa que prospera em contextos metropolitanos e com desafios à própria institucionalização da democracia e da ordem social.

Figura 1
Municípios da RMBH e Colar Metropolitano e principais Eixos Rodoviários.

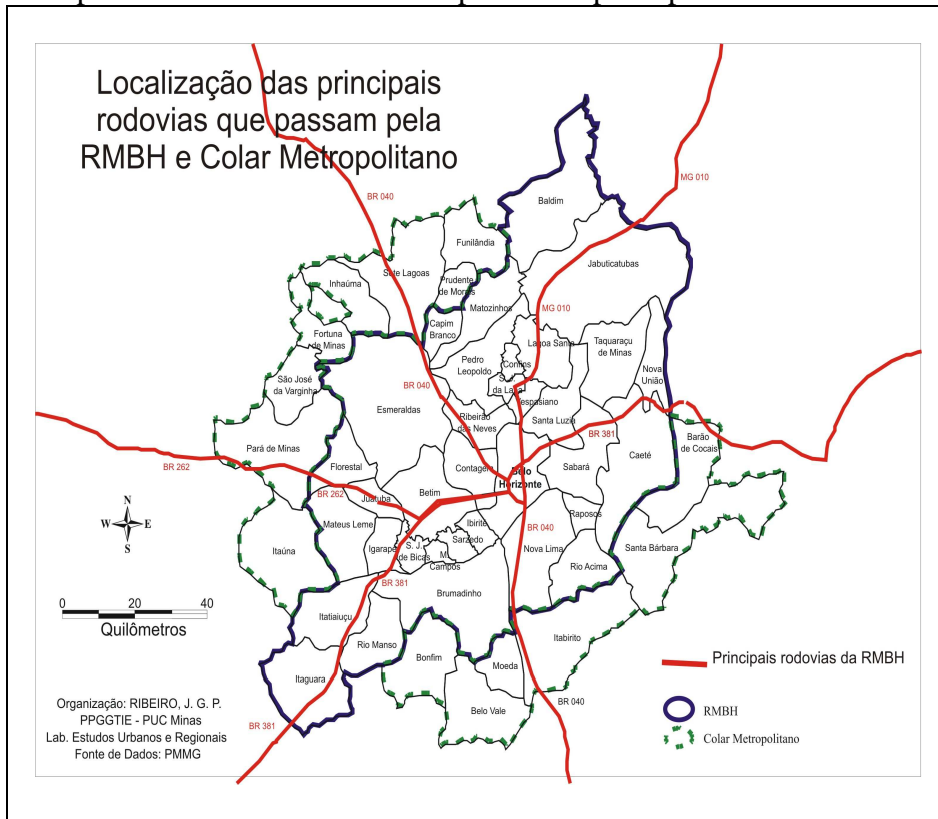


Figura 2
Criminalidade Violenta na RMBH
Crimes contra o Patrimônio.

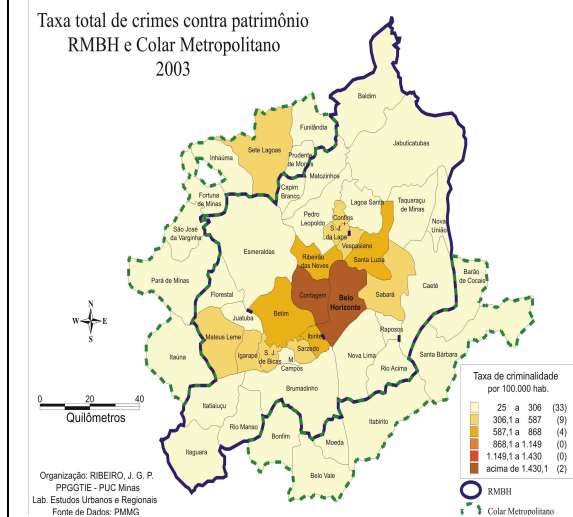
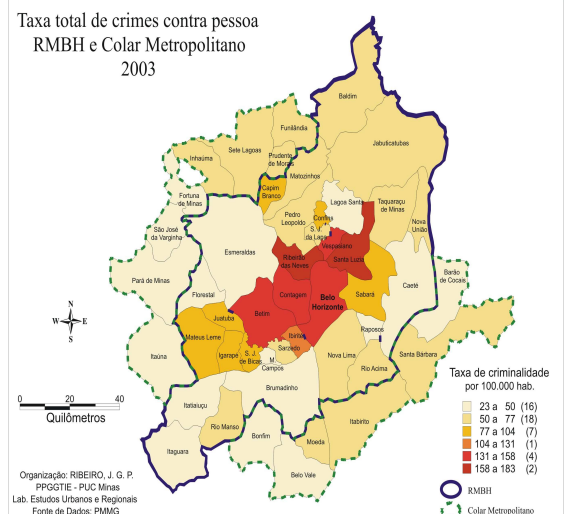


Figura 3
Criminalidade Violenta na RMBH
Crimes contra a Pessoa



Crimes violentos contra o Patrimônio

Figura 4

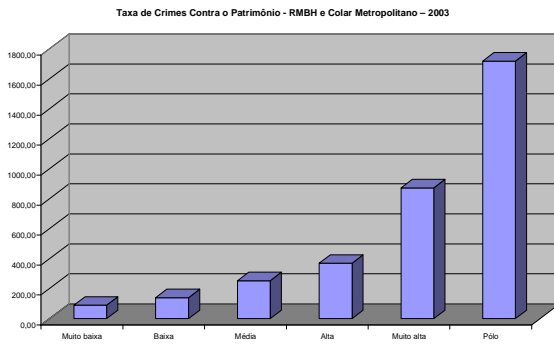


Figura 5

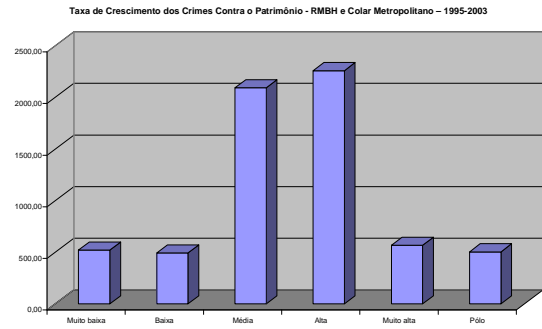


Figura 6

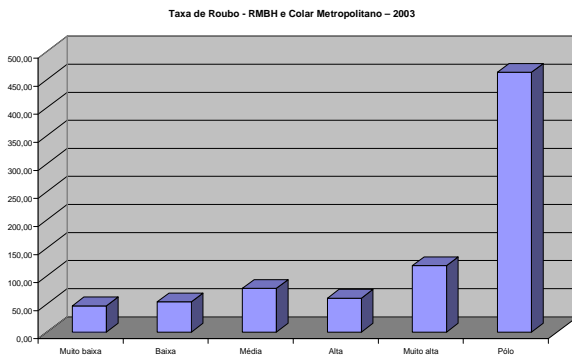


Figura 7

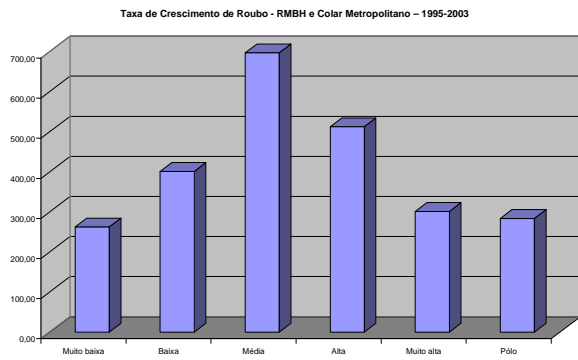


Figura 8

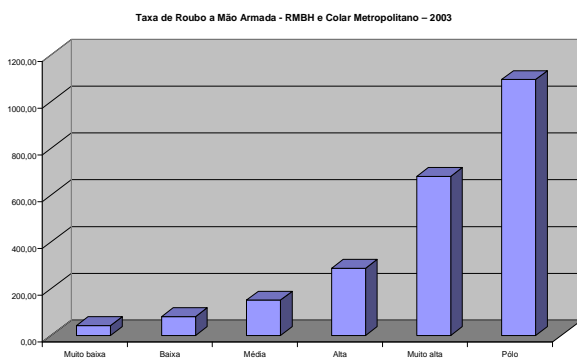


Figura 9

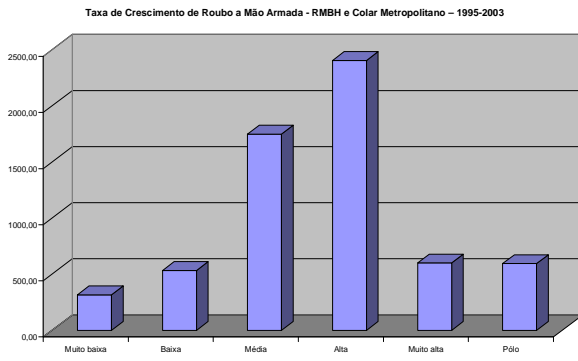


Figura 10

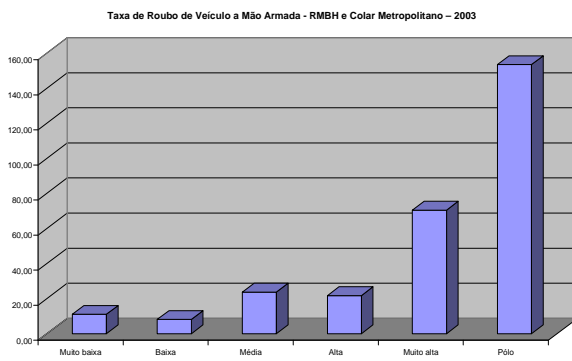
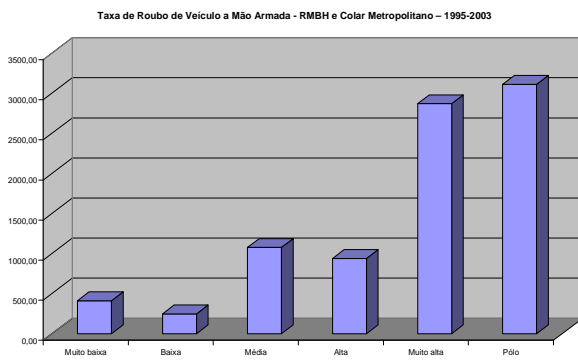


Figura 11



Crimes violentos contra a Pessoa

Figura 12

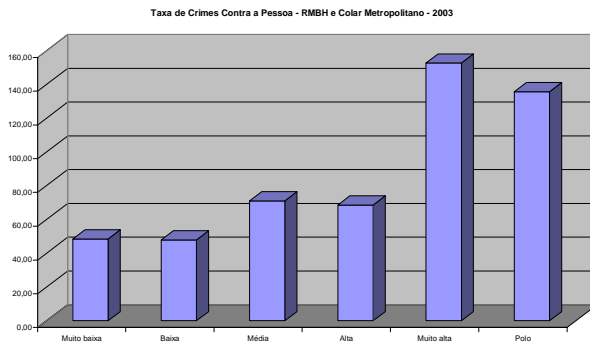


Figura 13

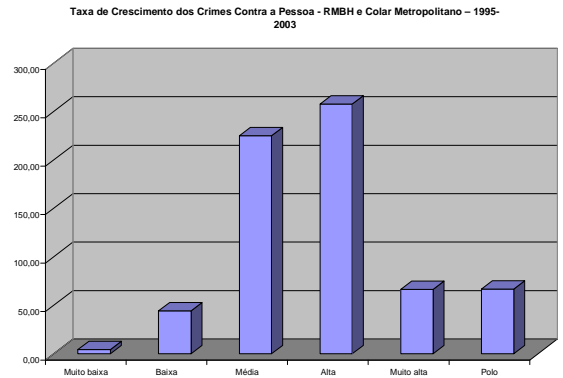


Figura 14

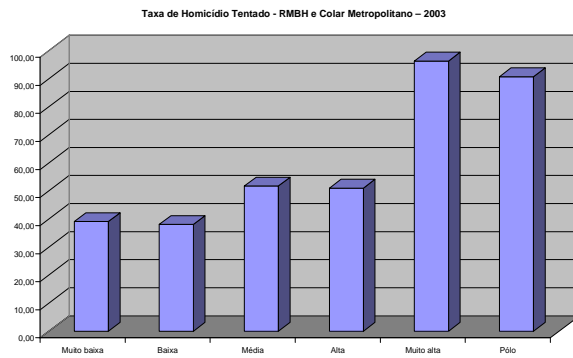


Figura 15

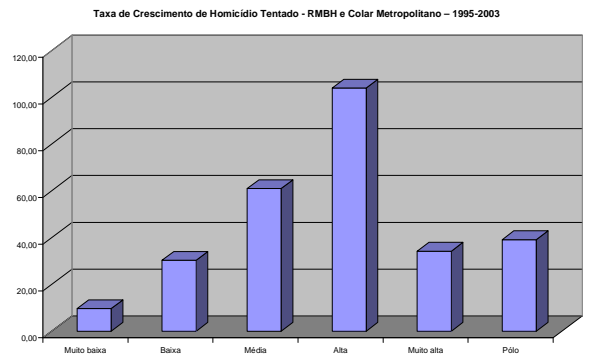


Figura 16

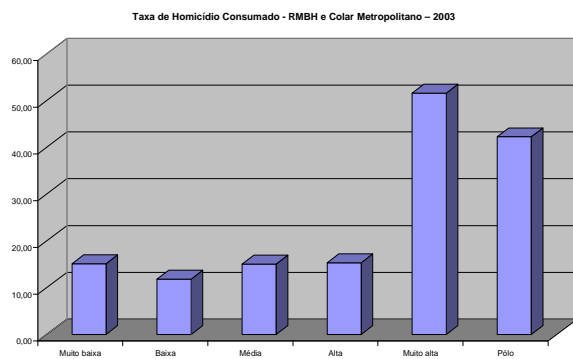
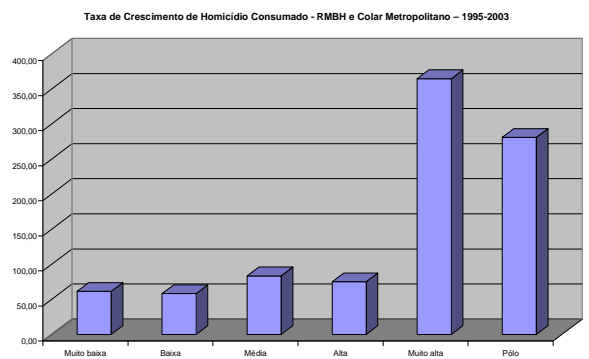


Figura 17



Referências bibliográficas

- ANDRADE, Luciana T. de e FIGUEIREDO, Fernanda O. V. de. “Vulnerabilidade social e criminalidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.” Observatório das Metrôpoles (Disponível em <http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/SBS2005Final.pdf>, acessado em agosto de 2006).
- BAILEY, T. Spatial Statistical Methods in Health. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (5): 1083-1098. Set-out, 2001
- BEATO, Cláudio. Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo 13 (37) Jun. 1998.
- BEATO, Cláudio e REIS, Ilka Afonso. Desigualdade, Desenvolvimento Sócio-Econômico e Crime. CRISP, UFMG, s.d.
- BENEVIDES, M.V & FISCHER, R. Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982). In: Pinheiro, P.S. (org.) Crime, Violência e Poder. São Paulo: Brasiliense. P. 227-43. 1983.
- CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. Violência letal, Renda e Desigualdade social no Brasil. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2001.
- DELLASOPPA, Emílio; BERCOVICH, Alicia E Arriaga, Eduardo. Violência, Direitos Civis e Demografia no Brasil na Década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais 14 (39) pp. 155 – 176. 1999.
- DIAS, T. L; OLIVEIRA, M. P.G; CÂMARA, G; CARVALHO, M. Problemas de Escala e a Relação Área-Indivíduo em Análise Espacial de Dados Censitários. Informática Pública. 4(1) Junho. P.89-104. 2002
- DINIZ, Alexandre NAHAS, Maria Inês, MOSCOVIT, Samy. Análise espacial da violência urbana em Belo Horizonte: uma proposição metodológica a partir de informações e indicadores georreferenciados. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR – Encruzilhadas do Planejamento. Belo Horizonte. 2003
- DINIZ, Alexandre M. A. Criminalidade e segurança pública. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Anuário Estatístico de Belo Horizonte – 2000. Belo Horizonte: 2001.
- DINIZ, A. M. A. A geografia do medo, reflexões sobre o sentimento de insegurança em Belo Horizonte. O Alferes. Belo Horizonte: v.18, p.119 - 133, 2003A
- DINIZ, A. M. A. Reflexões sobre os fundamentos da sensação de insegurança em Belo Horizonte In: XXI Congresso Brasileiro de Cartografia, 2003, Belo Horizonte. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Cartografia - Cartografia, instrumento de renovação política e inovação tecnológica. , 2003B.
- FELIX, Sueli Andrucioli. Geografia do crime. Revista de Geografia, São Paulo, v.13, p. 146-166. 1996.
- FELIX, Sueli. A. Geografia do Crime: Interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: UNESP Marília Publica. 2002
- FELIX, Sueli. Geografia do Crime de Marília/SP: aspectos da violência e criminalidade em uma cidade média brasileira. IV Seminário Internacional de Estudios Urbanos. Tandil, Argentina. 20 a 23 de Agosto de 2003. CDRom. 2003.
- FJP – Fundação João Pinheiro. Criminalidade Violenta em Minas Gerais 1986-1997. Belo Horizonte: FJP. CDRom 1998.

- KAHN, Túlio. A relação entre nível sócio-econômico e taxa de homicídio nos bairros da Capital. Boletim Conjuntura Criminal. Vol. 12. Julho. 2000. p. 1-14
- KAHN, Túlio. A relação entre nível socioeconômico e taxa de homicídio nos bairros da capital. Boletim Conjuntura Criminal nº 12 Julho de 2000. Disponível no sítio: www.conjunturacriminal.com.br 2000.
- LIMA, Renato. Conflitos Sociais e Criminalidade Urbana: Uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia – USP. Mimeo 2000
- MARSHALL, R. Mapping disease and mortality rates using empirical Bayes estimators. Applied Statistics, v. 40 p. 283-294. 1991
- Observatório das Metrôpoles. “Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias”, 2004. (Disponível em http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/produtos/produto_mc_1.pdf, acessado em agosto de 2006).
- PAIXÃO, Luiz A. A Violência Urbana e a Sociologia: Sobre crenças e fatos e mitos e teorias e políticas e linguagens, e... Religião e Sociedade 15 (1) pp. 68-81. 1990
- RAMOS, Silvia. Criminalidade, segurança pública e respostas brasileiras à violência. Parcerias estratégicas, Brasília, v. 20, n. 1, p. 519-537, 2005. (Acessível em <http://www.cgee.org.br/cncti3/Documentos/Seminariosartigos/Inclusaosocial/DraSilviaRamosdeSouza.pdf>, consultado em 21/06/2006).
- RONDON, Vinicius Velasco; ANDRADE, M. V. . Custo da Criminalidade em Belo Horizonte. Economia, Recife, v. 4, n. 2, p. 223-260, 2003.
- SANTIAGO JR, Cláudio. O impacto da mortalidade por causas externas e dos homicídios na expectativa de vida: uma análise comparativa entre cinco regiões metropolitanas do Brasil. 2º Congresso Português de Demografia – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004.
- SAPORI, Luis F. E Batitucci, Eduardo. C. Análise Descritiva da Incidência de Homicídios na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1980-1995. <http://www.est.ufmg.br/geccs/descr.html>. 1999
- SENASP. Custos da Violência e Criminalidade no Brasil. 2006 (Acessível em http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/custos/estat_custos_econ.htm, consultado em 21/06/2006).
- SILVA, Luiz Antônio Machado. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. In: RIBEIRO, Luiz C. Q. (Org.) **Metrôpoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo, Perseu Abramo/Fase, Rio de Janeiro, 2004.
- SHAW, Clifford R. & MCKAY, Henry D. *Juvenil Delinquency and Urban Areas*, Chicago, University of Chicago Press, 1942.
- SPOSATI, A. Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo – Dinâmica Social dos anos 90. São Paulo: Pólis, INPE, PUC/SP. 2000.
- TEIXEIRA, Alam G. Qualidade de Vida e Criminalidade. IV Seminário Internacional de Estudios Urbanos. Tandil, Argentina. 20 a 23 de Agosto de 2003. CD Rom.

ⁱ Tomamos aqui como referência da criminalidade as ocorrências de homicídios pelo fato da literatura já ter consagrado esse crime como o indicador mais confiável e também pela sua própria gravidade. Já a taxa por 100 mil leva em conta o fator população.

ⁱⁱ Bens e serviços públicos e privados gastos no tratamento dos efeitos da violência e prevenção da criminalidade no sistema de justiça criminal, encarceramento, serviços médicos, serviços sociais e proteção das residências (Senasp, 2006).

ⁱⁱⁱ A pesquisa de Shaw and McKay (1942) foi diretamente influenciada pelo modelo das zonas concêntricas de Robert E. Park e Ernest W. Burgess.

^{iv} Elaborado em 1996 pelo Centro de Estudos e Cultura Contemporânea, a pedido do Ministério da Justiça.

^v Elaborado em conjunto pelo Núcleo de Pesquisas em Seguridade Social da PUC-SP e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

^{vi} A classificação de crimes violentos da PMMG ainda inclui as modalidades de seqüestro e cárcere privado, extorsão mediante seqüestro, latrocínio, estupro e roubo de veículos. Porém, em virtude da baixa freqüência desses delitos no período em questão e da conseqüente dificuldade na identificação de claros padrões de distribuição espacial, esses foram expurgados da presente análise.

^{vii} Para uma discussão detalhada do método, ver Marshall, (1991), Bailey (2001) e Dias et al (2002).

^{viii} Sobre Belo Horizonte ver o Boletim de Informações Criminais da Fundação João Pinheiro